

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

TERESA CRISTINA MAGNABOSCO DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SENTIDOS E SIGNIFICADOS**



MATINHOS  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR LITORAL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

TERESA CRISTINA MAGNABOSCO DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SENTIDOS E SIGNIFICADOS**

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Dra. Mariana Pfeifer

MATINHOS  
2015

Catálogo na publicação  
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Oliveira, Teresa Cristina Magnabosco de  
Educação de jovens e adultos: sentidos e significados. / Teresa  
Cristina Magnabosco de Oliveira. – Matinhos, 2015.  
31 f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Pfeifer  
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação em  
Direitos Humanos) - Setor Litoral,  
Universidade Federal do Paraná.

1. Educação social – direitos humanos.  
2. Alfabetização – letramento – educação de base. 3. Educação de  
jovens e adultos – ensino supletivo – Brasil.  
I. Título.

CDD 374

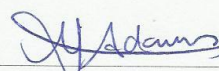
## PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela **Orientadora** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. MARIANA PFEIFER MACHADO realizaram em 01/08/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **TERESA CRISTINA MAGNABOSCO DE OLIVEIRA**, sob o título "*Educação de jovens e adultos: sentidos e significados*", para obtenção do Título de Especialista em *Educação em Direitos Humanos* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido nota " 8,5 ", conceito " AS ".

Irati, 01 de agosto de 2015.



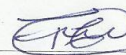
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mariana Pfeifer Machado  
Professora do Curso de Especialização  
Educação em Direitos Humanos



Prof<sup>ª</sup>. MSc. Jose Rodrigo Adams  
Professor do Curso de Especialização  
Educação em Direitos Humanos



Prof<sup>ª</sup>. Delma Braz Serenato  
Tutora do Curso de Especialização  
Educação em Direitos Humanos – Pólo Irati



**TERESA CRISTINA MAGNABOSCO DE  
OLIVEIRA**  
Estudante do Curso de Especialização Educação em  
Direitos Humanos

## RESUMO

Este artigo foi apresentado como trabalho de conclusão do curso Educação em Direitos Humanos ofertado pela Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral turma 2013. A temática resultou de um levantamento realizado para elaboração de um projeto de pesquisa apresentado em outro curso ofertado por esta instituição: A Educação de Jovens e Adultos na Diversidade em 2014. Na ocasião foi constatado que apesar do município de Irati – Pr. contar com 1750 adultos analfabetos, registrava uma média de 50 alunos matriculados, nos dois últimos anos, na Educação de Jovens e Adultos fase I e II que compete ao governo municipal, além disso, muitas desistências no decorrer do ano. Nos estudos realizados, a evasão escolar foi apontada como um fator frequente e permanente em todos os níveis de ensino. Uma pesquisa apresentada em 2014 demonstrou que 4,94 % da população na faixa de 4 e 17 anos estavam fora da escola. Assim, surgiu o interesse de compreender o que representa a EJA para o aluno matriculado e quais os fatores que tem contribuído para a pouca permanência nesta modalidade de ensino no município em questão a partir de uma pesquisa qualitativa e participante através de narrativa utilizando a entrevista em profundidade com seis alunos matriculados. Seus depoimentos foram utilizados no decorrer do trabalho que apresentou uma breve trajetória da EJA no Brasil e na sequência algumas concepções e postulados da teoria histórico-cultural, por acreditar que estes construtos possibilitam compreender o complexo processo educativo e fundamentam uma prática pedagógica mais consciente e significativa.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Psicologia histórico-cultural. Educação de qualidade.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>7</b>  |
| <b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>  | <b>9</b>  |
| <b>A educação de jovens e adultos no Brasil .....</b>  | <b>11</b> |
| <b>Como a Psicologia histórico-cultural pode contribuir para uma prática<br/>educacional mais significativa na Educação dos Jovens e Adultos .....</b> | <b>20</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>26</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>   | <b>28</b> |

# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SENTIDOS E SIGNIFICADOS

Teresa Cristina Magnabosco de Oliveira  
Especialização em Educação em Direitos Humanos (UFPR)

Uma das grandes tarefas políticas a ser cumprida se acha na perseguição constante de tornar possível amanhã o impossível de hoje somente quando, às vezes, se faz possível viabilizar alguns impossíveis de agora. Paulo Freire

## INTRODUÇÃO

Ao realizar o curso: A Educação de Jovens e Adultos na Diversidade em 2014 pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), que tinha como uma das solicitações a elaboração um projeto de pesquisa envolvendo esta modalidade de ensino, tomei consciência de uma série de aspectos envolvidos e das implicações desta prática na vida dos que dela necessitam.

Importante se fez conhecer a realidade do município através do contato com a equipe da Secretaria Municipal de Educação (SME) que tem coordenado a Educação de Jovens e Adultos (EJA) fase I e II desde o final do ano de 2013, através do qual foi possível constatar vários fatores que careciam de maior compreensão para pautar ações mais efetivas em relação a esta modalidade de ensino que pareceu um tanto abandonada pelo poder público de modo geral.

Um aspecto que chamou atenção na realidade Iratiense foi a de que apesar do município registrar em torno de 1750 analfabetos principalmente na idade adulta, tinha matriculado em seis (6) turmas, uma média de cinquenta (50) alunos nestes dois últimos anos, na EJA fase I e II que compete ao governo municipal, além de registrar número alto de desistências durante o ano letivo que tem sido motivo de preocupações e estudos e o sucesso escolar, questionado.

Com o intuito de dar continuidade aos estudos na área e pautar ações profissionais junto ao público da EJA no município, buscamos aumentar nosso conhecimento teórico além de colher junto aos alunos informações e relatos

envolvendo as vivências dos mesmos, relacionadas à sua escolarização que pudessem dar maiores subsídios para a prática.

Após a leitura de alguns trabalhos, verificou-se que muitos fatores interferem na oferta, permanência e no sucesso escolar.

No entanto, a evasão escolar é apontada como fator frequente e presente em qualquer lugar onde esteja estabelecida a educação escolarizada, em todas as faixas etárias, em maior ou menor grau conforme a classe econômica do aluno ou sua família.

“A evasão escolar em qualquer nível de ensino é um desafio para os profissionais da educação e uma chaga no nosso sistema de ensino uma vez que as pesquisas demonstram que a cada ano muitos deixam as salas de aulas, pelos mais diversos motivos” (Carmo 2010).

Entende-se por evasão escolar (DANTAS, 2010) a situação do aluno que abandonou a escola ou reprovou em determinado ano letivo, e que no ano seguinte não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos. O autor Apresenta dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), mostrando que a cada 100 alunos que se matriculam na 1ª série do Ensino Fundamental, apenas 5 deles conseguem concluir o curso. No ano de 2007, 4,8% dos alunos desse ensino deixaram a escola o que corresponde a quase um milhão e meio de alunos, e no Ensino Médio, esse percentual chega a 13%.

Dados divulgados em setembro de 2014 (g1.globo.com) colhidos através da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD), revelam que o índice geral do analfabetismo caiu de 8,7%, em 2012, para 8,5% em 2013. No entanto, o número de pessoas entre 4 e 17 anos que estavam fora da escola era de 3,50 milhões, ou 4,94% do total da população nessa faixa etária.

De acordo com estudo publicado em 14 de março de 2013 por UOL Educação, baseado no Relatório de Desenvolvimento 2012, divulgado na ocasião pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), um a cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental no Brasil abandona a escola antes de completar a última série. Com a taxa de 24,3%, o Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), (<http://educacao.uol.com.br/noticias>).

Considerando que a EJA tem como finalidade e objetivo o compromisso com a formação humana, com o acesso a cultura geral, para que seja possível a

participação política e produtiva nas relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral como apresenta Fonseca (2010)<sup>1</sup>, me propus a fazer um levantamento desta realidade, a partir do aluno que frequenta esta modalidade de ensino em nosso município.

Compreender o que representa a Educação de Jovens e Adultos para aluno nela matriculado e quais os fatores tem contribuído para a pouca frequência e permanência na EJA - I de Irati Pr. foi o objetivo principal da pesquisa qualitativa e participante realizada com seis (6) sujeitos matriculados na EJA municipal, um aluno de cada turma em funcionamento em 2015.

A amostra pequena deve-se a escolha da metodologia: narrativa, utilizando a entrevista em profundidade que partiu de uma questão desencadeadora e no decorrer do relato, de acordo com o que foi se apresentando, novas questões foram formuladas para colher o maior número de dados possíveis para análise posterior.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É uma satisfação estudar. Importante para mim, parece que nasci de volta. Já sei ver preços, agora faço compras, [...] eu não me sentia dona de casa, agora sim [...] sei que ônibus pegar. Me sinto livre. Não fazia as coisas sozinha (S.P.F<sup>2</sup>. 54 anos).

O intuito principal deste artigo é tratar do direito que possuem as pessoas que frequentam a educação de jovens e adultos (EJA) a uma educação de qualidade.

---

<sup>1</sup>Objetivo este que esta em consonância com os da Educação em Direitos Humanos que visa entre outras coisas o fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humano, bem como a reparação das violações; a afirmação de valores, atitudes e práticas que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade.

<sup>2</sup>Parte do relato de uma aluna da EJA que assim como os demais entrevistados, recebeu iniciais fictícias.

Tanto a Constituição Federal em seu Art. 205, como a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) de 1996 nos Art. 2º, 3º versam sobre o direito a educação para todos visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além disso, garante o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, que é o caso dos alunos da EJA. No Art. 37 da LDB, consta que serão oferecidas oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, e ao poder público cabe viabilizar e estimular tanto o acesso como a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Compartilho da ideia de que

Não é apenas na escola que se produz e reproduz o conhecimento, mas é nela que este saber aparece sistematizado e codificado. Ela é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica e a prática e vivência dos direitos humanos. Nas sociedades contemporâneas, a escola é local de estruturação de concepções do mundo e de convivência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural, da formação para a cidadania, de constituição de sujeitos sociais e de desenvolvimento de práticas pedagógicas (BRASIL, 2007, p. 32).

A escola, segundo Saviani (2008, p 14) “é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” [...] sendo sua atividade nuclear “a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado” (p.16).

Para o autor, o indivíduo se faz humano ao assimilar diversos conhecimentos. Assim, “o saber que interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo” e para isso, “a educação tem que tomar como referência [...] o saber objetivo produzido historicamente” (SAVIANI, 2008, p, 7).

“A educação escolar é a base constitutiva na formação do ser humano, assim como na defesa e promoção de outros direitos econômicos, sociais e culturais” (MURATA E MURATA, 2014, p.52).

Tomando por base o que foi posto até aqui, o artigo fará um breve histórico demonstrando o percurso da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e na sequência apresentará alguns pressupostos da psicologia histórico-cultural que contribuem para pensar o papel da Educação formal para os jovens e adultos que precisam retomar ou mesmo iniciar sua escolarização.

## **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil**

Alfabetizar Jovens e Adultos é uma preocupação antiga que não se limita a uma tarefa meramente escolar, está intimamente ligada a sonhos, expectativas, anseios de mudança (Pedagogia ao Pé da Letra, 2013).

Mas, como bem coloca Sampaio (2009), a história da Educação de Jovens e Adultos é uma história de tensões entre diferentes projetos de sociedade e diferentes ideias sobre as finalidades da educação, tendo o Estado como propositor, incentivador e financiador de suas iniciativas.

Segundo a autora, a marca desta história no Brasil, é a de relação de domínio e humilhação entre a elite e as classes populares, na qual a primeira tem seu lugar e papel garantido no mundo e que parecem tratar a EJA, ainda como um favor prestado e não como um direito adquirido. Esta forma de conceber segundo Sampaio (2009, p. 16), perdura nos documentos oficiais relacionados à EJA e fomenta o preconceito contra o seu público, considerados, entre outras coisas, como culturalmente inferiores, crença que acaba internalizada por estes jovens e adultos que julgam-se sem direito à educação.

Esta concepção trás como consequência, a oferta de uma educação de segunda classe tanto no que se refere às práticas pedagógicas, como à estrutura e financiamento.

De acordo com Ghiraldelli Jr. (2008, p. 24) a educação brasileira teve seu início com o fim dos regimes das capitanias.

Na época da colonização do Brasil, as poucas escolas existentes privilegiavam a classe média e alta, sendo que a classe pobre não tinha acesso a instrução escolar e quando a recebiam, era de forma indireta. Os filhos da classe média e alta possuíam acompanhamento escolar já na infância.

No período do Brasil Colônia esta educação, delegada aos Jesuítas, tinha um caráter muito mais doutrinário que educacional.

Segundo Murata e Murata (2014), já no Brasil Império iniciaram as reformas educacionais que preconizavam a necessidade do ensino noturno para adultos analfabetos, sendo declarado naquela ocasião, a existência de 200 mil alunos que frequentavam esse ensino em 1876.

Com o intuito de atender aos interesses da classe dominante e aumentar o número de eleitores, foi realizada a Reforma João Alves em 1925 estabelecendo o ensino noturno para jovens e adultos e em 1930, com este mesmo objetivo iniciou-se um movimento contra o analfabetismo contribuindo, naquele momento para o declínio da população analfabeta.

Libâneo et al (2011, p. 132, 133), acreditam que a década de 30 do século passado seja um marco importante para entender o processo de organização do ensino no Brasil, isto porque, os acontecimentos políticos, econômicos e sociais, daquele momento, imprimiram, segundo eles, um novo perfil à sociedade brasileira. Os autores apontam a revolução de 1930 como a responsável pela consolidação do capitalismo industrial em nosso país e determinante para as novas exigências educacionais.

Os autores chamam a atenção para o fato de que não ser possível discutir educação sem fazer referências a questões econômicas, políticas e sociais. Assim, motivada pela industrialização e pelo fortalecimento do Estado-nação, a educação ganhou importância incidindo em ações governamentais que efetivaram-se com a finalidade de organizar a educação em plano nacional, possibilitando maior instrução à população devido a maior exigência que o mercado de trabalho requiritava.

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp)<sup>3</sup>, que em 1937 passou a chamar-se Ministério da Educação e Saúde, em 1953 transformou-se em Ministério da Educação e Cultura (MEC) que em 1985, com a criação do Ministério da Cultura (MinC) passa a ser chamado somente por Ministério da Educação preservando a sigla MEC.

Libâneo et al (2011, p. 134 -137), pontuam que os anos de 30 e 45 caracterizaram-se, no Brasil, como um período centralizador da organização da educação quando foi observada grande desenvolvimento do ensino no país.

No entanto, haviam, como relatam os autores, propostas e ações envolvendo diferentes grupos da sociedade que acabaram por conferir um caráter contraditório à educação escolar: “um sistema de ensino que se expandia, mas controlado pelas elites, com o Estado agindo pelas pressões do momento e de maneira improvisada” (LIBÂNEO et al 2011, p. 136).

---

<sup>3</sup>Maiores informações: [http://portal.mec.gov.br/?option=com\\_content&view=article&id=2&Itemid=171](http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171)  
<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/452/457>  
[http://www.helb.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=62:ministerio-da-educacao-e-saude-publica&catid=1034:1930&Itemid=2](http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=62:ministerio-da-educacao-e-saude-publica&catid=1034:1930&Itemid=2)

Segundo Monteiro e Moura (2012), foi a partir da década de 40 do século passado que a EJA, ganhou maior impulso e firmou-se como política de educação no Brasil, por meio da lei Orgânica do Ensino Primário de 1946 que, entre outras coisas, previa o ensino supletivo como obrigatório e gratuito para todos.

De acordo com as autoras, as grandes transformações pelas quais o país passava, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional nas grandes cidades tornaram necessária a ampliação do ensino elementar e o estabelecimento de diretrizes educacionais. E, neste processo de redemocratização brasileira que ocorreu após 1945, a educação de adultos ganhou destaque. O projeto lançado em 1947 “Educação de Adultos”, previa a alfabetização em três meses e a conclusão do curso primário em dois períodos de sete meses e na etapa seguinte um aprofundamento do ensino.

Inicialmente a campanha obteve resultados significativos com a criação de várias escolas supletivas, com uma estrutura mínima de atendimento. Nesta época foi realizado o primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos e nesta ocasião criado o Serviço de Educação de Adultos do Mec. que resultou em algumas publicações sobre o tema (MURATA e MURATA, 2014, p. 55). Porém, em 1963 a campanha foi instinta em função dos resultados insatisfatórios e por várias críticas recebidas no que diz respeito a precariedade dos atendimentos ofertados e ao caráter superficial do aprendizado de seus alunos (MONTEIRO E MOURA, 2012).

A industrialização crescente levou, nos anos de 50 e 60, à adoção da política de educação para o desenvolvimento, que ampliou a escolaridade mínima para oito anos, no entanto, a expansão das vagas nos diversos níveis de ensino teve como consequência o comprometimento da qualidade dos serviços prestados (LIBÂNEO et al p. 2011).

No final dos anos 1950, como apontam Murata e Murata (2014), surgem novas visões sobre o problema do analfabetismo que passou a ser interpretado como efeito da pobreza em função de uma sociedade com muitas desigualdades, e esta nova concepção, contribuiu para a proposição de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos.

Consolida-se um novo paradigma pedagógico para a EJA cujo principal representante é o educador Paulo Freire, método consolidado em 1964. O Programa

Nacional Alfabetização de Adulto que seria coordenado por Paulo Freire<sup>4</sup> tinha como proposta considerar a vivência e a realidade do educando que deveria ser um participante ativo no processo de educação.

Em função do golpe militar (1964) este programa foi substituído pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em 1967 e que tinha como objetivo a alfabetização funcional de pessoas de 15 a 30 anos (MOREIRA E MOURA, 2012).

Como contextualizam Murata e Murata (2014), durante os quinze anos de vigência do Mobral apesar da expansão territorial que houve nos anos 70, o movimento gerou resultados pouco expressivos, pois, somente 10% das 40 milhões de pessoas que frequentavam o programa foram alfabetizados.

Segundo Libâneo et al (2011, p. 144), o trabalho precoce, e o empobrecimento da população aliados às condições precárias de oferecimento do ensino, levaram à baixa qualidade do processo, com altos índices de reprovação, política da qual nosso país ainda é vítima.

O sistema educacional passava por situação dramática, como apresentam Murata e Murata (2014, p. 57) baseados nas pesquisas de Shiroma (2000) quando 30% das crianças estavam fora da escola, das que frequentavam, 50 % reprovavam ou abandonavam os estudos ainda na 1ª série do 1º grau, 8 milhões tinham mais de 14 anos e destas, 60 % estavam matriculadas nas três primeiras séries onde havia um índice de 73 % de reprovações. E como concluem os autores, estes números se refletiram nas décadas posteriores no que concerne a demanda para EJA.

De acordo com Monteiro e Moura (2012), com a abertura política no início dos anos 80 do século XX além da emergência dos movimentos sociais, algumas experiências educacionais foram se ampliando. A Fundação Educar ocupou o lugar do Mobral propondo um tempo maior dedicado à alfabetização e pós-alfabetização. Com a extinção desta instituição em 1990 associada a falta de políticas públicas para a educação dificultaram as ações dentro desta modalidade de ensino.

No que concerne às leis, a lei 5.692/71 antiga LDB já havia ampliado o sistema supletivo reconhecendo a EJA como direito a cidadania ampliando, desta forma, o direito a escolarização às pessoas que por algum motivo não puderam estudar ou dar continuidade aos estudos quando criança. A constituição de 1988, além de ampliar a modalidade que passou a ser ofertada independente de idade,

---

<sup>4</sup> Com o Golpe Militar o educador foi exilado.

tornou dever do Estado, garantir condições necessárias para os alunos concluírem os estudos do ensino fundamental (MURATA E MURATA, 2014; MONTEIRO e MORAES, 2012).

Em 1996 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a EJA passa ser considerada uma modalidade da educação básica com especificidades, ocorrendo a articulação e debates entres diversos segmentos sociais e a execução de vários projetos com vistas a alfabetização de jovens e adultos.

Em 2000, reconhecendo e considerando a pluralidade e diversidade cultural e regional e especificidades no trabalho educacional de seu público alvo, foram promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação dos Jovens e Adultos. E no ano seguinte, (2001) esta modalidade de ensino no Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>5</sup>.

Paim (2005, p. 14), apresenta um quadro (baseado nos dados do IBGE), demonstrativo da porcentagem de pessoas analfabetas com mais de 15 anos para demonstrar que com o passar dos anos os índices diminuíram de 64,90 em 1920 para 13,63 em 2000. Analisa a autora, utilizando a citação de alguns teóricos, que este resultado não é reflexo de políticas educacionais adequadas à população jovem e adulta, mas sim de esforços em relação à universalização do ensino para crianças e adolescentes além de alguns programas que visaram diminuir as defasagens na relação idade / série para alguns alunos.

Pontua que desde a década de 80, organizações comunitária, religiosa e até de iniciativa privada estiveram sensíveis ao analfabetismo e criaram programas específicos de EJA.

A autora cita alguns programas financiados pelo Governo Federal importantes para a EJA. O Plano Nacional de Formação e Qualificação Profissional (PLANFOR), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Programa Alfabetização solidária (PAS), Programa Recomeço e ainda o Programa Brasil Alfabetizado. O último diferindo dos demais por se apresentar como uma política pública com recursos específicos e preocupação com a formação de professores para atuarem na EJA além da meta de erradicar o analfabetismo que atingia 16 milhões de pessoas acima de 15 anos.

---

<sup>5</sup>MURATA M. P. F. e MURATA A. T. **Públicos da Desigualdade social**. UFPR: Curitiba, 2014. (Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos- Módulo 3) apresentam nas páginas 59 e 60 um quadro referente a legislação da Educação de Jovens e Adultos.

Dados divulgados em setembro de 2014 a partir da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD), revelam que o índice geral do analfabetismo caiu de 8,7%, em 2012, para 8,5% em 2013. No entanto, o número de pessoas sem instrução subiu 4,3% e atingiu marca de 16 milhões. E o índice de brasileiros com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever foi de 8,3% em 2013, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste mesmo ano, o número de pessoas entre 4 e 17 anos que estavam fora da escola era de 3,50 milhões, ou 4,94% do total da população nessa faixa etária (g1.globo.com).

Mas, a quem se destina a Educação de Jovens e Adultos?

De acordo com o Art. 37 da LBD, a EJA destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, que não tiveram oportunidades educacionais apropriadas.

De acordo com Di Pierro, Jóia e Ribeiro (apud SILVA, 2011), os alunos da EJA possuem três trajetórias básicas, a saber: aqueles que iniciaram a escolaridade na condição de trabalhador, adultos e crianças que ingressaram na escola regular e por algum motivo a abandonaram ainda quando crianças e ainda os adolescentes que deixaram a escola recentemente devido a defasagens acadêmicas.

Os alunos da EJA são pessoas que já formaram sua visão de mundo pelas experiências vividas, que têm suas crenças e valores já constituídos e vivem no mundo adulto do trabalho, têm responsabilidades sociais e familiares e formaram seus valores éticos e morais a partir da experiência e do ambiente da realidade cultural em que estão inseridos (VIANA, RAMPAZZO E MIRANDA 2011).

Dantas (2010) após pesquisa sobre a EJA escreve que esta atende a uma clientela diversa e de interesses distintos. A maioria dos alunos ao retornarem às salas de aulas com uma defasagem idade/série, inevitavelmente, trarão consigo conflitos variados e mais uma possibilidade de evasão, sendo diversas as causas destas, segundo o que levantou o autor em sua pesquisa, a saber: problemas socioeconômicos, falta de qualificação dos profissionais e metodologias inadequadas.

Segundo Haddad (apud MURATA e MURATA, 2014, p. 53 e 54),

[...]os jovens e adultos analfabetos, ou com pouca escolaridade, são pessoas que tiveram no seu passado um direito violado por não poder frequentar a escola. Ao serem privados desse direito, perderam uma importante ferramenta: o acesso ao saber sistematizado, que é produzido pela humanidade.

Nas entrevistas realizadas com alunos da EJA, fica claro o pesar pela oportunidade perdida na infância: *tenho comigo um sentimento de pena, acho que se tivesse ido para a escola quando nova, teria aprendido*, relata L.V.P. de 71 anos, que após ter vivenciado um Acidente Vascular Cerebral, diz não conseguir recordar-se de algumas coisas e apresentar mais dificuldades para guardar o que a professora ensina. Lembra que quando estava com idade para estudar seu pai pôs na lista de futuros alunos que um inspetor de ensino estava organizando, somente o nome de seus irmãos, pois, segundo ele (pai), mulher não precisava de estudo para cuidar do marido.

Outra aluna (S.P.F 54 anos), declara: *Quando tinha 9 anos fui à escola e estava aprendendo bem. Mas minha mãe estava doente, precisava ajudar e por isso faltava muito. Quando era mocinha fiquei com vergonha de voltar para escola normal.* Relata ainda, que casou-se aos 17 anos e toda vez que expressava seu desejo de voltar a estudar o marido não deixava, dizendo que mulher que estuda depois de casada é biscate.

P. M. (56 anos), frequentou a escola por um mês quando tinha oito (8) anos, mas, precisou abandonar para trabalhar, ajudar a família. E, somente agora, depois de aposentado, surgiu a oportunidade para aprender a ler e escrever, dando-lhe a oportunidade de realizar muitas coisas de forma independente como por exemplo: fazer compras e até “*tirar carta de motorista*” e conclui: *antes eu era um João ninguém.*

[...] Garantir acesso das pessoas jovens e adultas à educação é, antes de tudo, respeitar um direito humano. Direito que satisfaz uma vocação que é ontológica ao ser humano: o de “querer ser mais”; diferentemente dos outros seres vivos, o ser humano busca superar sua condição de existência do mundo, procurando cada vez mais se aperfeiçoar, conhecer mais, mudar suas condições de existência. (HADDAD apud MURATA e MURATA, 2014, p. 53 e 54).

É o que percebemos na fala de S. T. de 16 anos: *aprendi pouco até agora, mas, quero melhorar para não ser enganado, arrumar emprego bom...* ou de J. B. de 62 anos: *Queria aprender o nome, me interessar por algo melhor, que abrisse o miolo da gente*, ou ainda de S.P.F. que declara parecer ter nascido de novo sentir-se livre, uma dona de casa, entre outras coisas concluindo que vale a pena o sacrifício

de sair de casa para estudar apesar das críticas que recebe de familiares e conhecidos.

Segundo Baquero (2009), no Brasil a EJA se constitui, mais como produto da miséria social do que desafios para o desenvolvimento, pois resulta de precárias condições de vida, associados a um sistema escolar excludente.

Gomes Filho (2012) ao realizar um estudo sobre os saberes docentes na EJA expõe a ideia de que a EJA no Brasil, por muito tempo foi considerada uma compensação, um resgate de uma dívida social.

Como apresentam Murata e Murata (2014) para Haddad a educação de jovens e adultos que tem sido reduzida a soluções de natureza técnica, com forte tendência economicista, necessita resgatar de seu sentido político, um direito humano para que possa provocar mudança social, uma vez que mune as pessoas de instrumentos para entender melhor e atuar na sua realidade.

Carmo (2010), relata que a partir de uma análise estatística qualitativa em uma pesquisa para verificar os motivos da evasão escolar apresentadas pelos alunos pesquisados (entre 15 e 17 anos), foi possível verificar que, conforme a etnia, o gênero, a classe econômica, a faixa etária ou a escolaridade, ocorriam variações, por vezes estatisticamente significativas, entre os motivos apresentados. Ao serem questionados sobre o que poderia fazê-los parar de estudar novamente a maioria apresentou como fundamento o não reconhecimento social deles como alunos e da EJA como uma modalidade de ensino significativa.

Este dado nos leva a pensar como tem sido a prática pedagógica junto a estes alunos que já possuem um histórico negativo ou insatisfatório no que se refere à escolarização? Como garantir que um direito a escolarização de jovens e adultos adquirido após tão longa trajetória, seja usufruído por um número cada vez maior de pessoas? Há um investimento real no ensino e uma real preocupação com o aprendizado que garanta a permanência e o sucesso escolar dos alunos da EJA? Como garantir uma educação de qualidade para estas pessoas? De que forma a educação oferecida pode contribuir para maior significado na vida das pessoas que frequenta a EJA?

Todas estas questões surgem quando entramos em contato com os dados estatísticos sobre o analfabetismo, alfabetismo funcional, evasão escolar entre outros que envolvem a educação básica e principalmente com os relatos que colhemos dos alunos.

Refletir sobre a prática é necessário, pois, como aponta Mello (2014, p. 173) as pesquisas mostram que o senso comum dirige largamente o pensar e o agir docente. Essa lógica cotidiana que tem orientado a atividade escolar, materializada sob a forma de cultura escolar precisa ser repensada a partir de formas mais elaboradas e apresentada de modo a provocar vivências que promovam saltos qualitativos na consciência das pessoas<sup>6</sup>.

Esta reflexão proposta pela autora deve pautar discussões e reflexões tanto no que concerne ao ensino de jovens e adultos que precisam ter garantido o seu direito à educação e uma educação de qualidade a fim de não incorrer em uma nova violação de direitos, mas também no que tange a educação básica como um todo. Sim porque, a partir do momento que ofertarmos um ensino de melhor qualidade para as crianças, no início de sua escolarização, contribuiremos para a diminuição da evasão escolar motivado pelo fracasso escolar, que consiste em uma violação de direitos, e como consequência, a médio e longo prazo um número menor de pessoas necessitarão do EJA.

Utilizaremos a partir deste ponto algumas concepções e postulados da teoria histórico-cultural, pois acreditamos que estes construtos fundamentam uma prática pedagógica mais consciente e significativa, uma vez que consideram o processo pedagógico como um processo que afeta constituição dos seus sujeitos devendo este ser sistemático e planejado com vistas a ativar os processos para que o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas ocorra. Para Vigotsky<sup>7</sup> a educação deve desempenhar um papel central na transformação do homem, com veremos adiante.

Como apontam Caldeira e Cunha (2007, p.3) há poucas pesquisas e estudos envolvendo a EJA fundamentados na Psicologia Histórico-cultural, no entanto, os seus postulados contribuem grandemente nas discussões e reflexões sobre o trabalho pedagógico e por fim, na constituição de sujeitos emancipados. Uma teoria, como aponta Mello (2014), que possibilite compreender o complexo processo educativo e advoga que haja intervenções intencionais por parte do professor no processo de humanização que acontece na escola.

---

<sup>6</sup>O termo utilizado pela autora foi criança.

<sup>7</sup>O sobrenome deste autor será citado nas referências finais, conforme a grafia utilizada em cada obra. No entanto, no corpo deste trabalho, será adotada a grafia Vigotsky .

Assim pretendemos apresentar mesmo que sucintamente como se dá a constituição do ser humano a partir das obras de Vigotsky e seus seguidores e como estes teóricos concebem a aprendizagem e que papel atribuem à escola como formadora dos indivíduos.

### **Como a Psicologia histórico-cultural pode contribuir para uma prática educacional mais significativa na Educação dos Jovens e Adultos**

“As crianças, adolescentes e jovens de uma sociedade, nunca serão o futuro se não participarem do presente.” Cesar Muñoz

Na psicologia histórico-cultural o sujeito é considerado em sua integralidade física e psíquica. O homem é um ser ativo, social e histórico, que constrói sua existência a partir de uma ação sobre a realidade, afim, de satisfazer suas necessidades que não são apenas biológicas, são sociais e produzidas historicamente em sociedade.

Para Leontiev (1978), o homem é um ser de natureza social, que tudo o que tem de humano nele provém da sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade sendo que a hominização resultou de uma vida numa sociedade organizada na base do trabalho, responsável pela modificação de sua natureza marcando o início de um desenvolvimento que estava e está submetido às leis sócio-históricas.

Segundo este autor, a forma particular de fixação e de transmissão às gerações seguintes das aquisições da evolução deve o seu aparecimento ao fato, de os homens terem uma atividade criadora e produtiva, sendo o trabalho a atividade humana fundamental. Por esta atividade, os homens modificam a natureza em função do desenvolvimento de suas necessidades.

Cada geração começa, portanto, a sua vida em um mundo de objetos e de fenômenos criado pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas acumuladas ao longo dos séculos por inumeráveis gerações de homens participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social desenvolvendo assim, as aptidões especificamente humanas que se cristalizaram.

Portanto, as aptidões e caracteres especificamente humanos são adquiridas no decurso da vida por um processo de apropriação da cultura criada pelas gerações precedentes.

Educação, assim, seria esse processo de apropriação da cultura e dos conhecimentos socialmente produzidos no decorrer da história e acumulados que criam no homem, aptidões novas resultando em funções psíquicas também novas, o que possibilita construir sua própria natureza. (LEONTIEV, 1978). Processo este (de educação) sem o qual seria impossível a continuidade do progresso histórico. Só neste processo de apropriação, no decurso da sua vida, ele adquire propriedades e faculdades verdadeiramente humanas. Este processo coloca-o, por assim dizer, aos ombros das gerações anteriores e eleva-o muito acima do mundo animal.

Diz o autor:

Quanto mais progride a humanidade, mais rica é a prática sócio-histórica acumulada por ela, mais cresce o papel específico da educação e mais complexa é a sua tarefa. Razão por que toda a etapa nova no desenvolvimento da humanidade, bem como no dos diferentes povos, apela forçosamente para uma nova etapa no desenvolvimento da educação: o tempo que a sociedade consagra à educação das gerações aumenta; criam-se estabelecimentos de ensino, a instrução toma formas especializadas, diferencia-se o trabalho do educador, do professor; os programas de estudo enriquecem-se, os métodos pedagógicos aperfeiçoam-se, desenvolve-se a ciência pedagógica. Esta relação entre o progresso histórico e o progresso da educação é tão estreita que se pode sem risco de errar julgar o nível geral do desenvolvimento histórico da sociedade pelo nível de desenvolvimento do seu sistema educativo e inversamente (LEONTIEV, 1978).

O homem é um ser social e interativo que constrói seu conhecimento em grupo, com seus pares como defende Vigotsky (2010). Ao nascer é um candidato à humanidade e a partir da mediação das relações sociais vai apropriando-se da cultura humana, se individualiza, torna-se homem, desenvolve suas potencialidades e significa seu mundo (BOCK et al, 2007).

As conquistas do desenvolvimento histórico humano são consolidadas e transmitidas de uma geração para outra de maneira particular, e precisamente de maneira exotérica<sup>8</sup>, externa (LEONTIEV, 2010, p.91).

---

<sup>8</sup>Exotérico – conhecimento que é repassado publicamente, sem restrições, por se tratar de algo dialético, verossímil, e que pode ser transmitido de maneira acessível e externa a todos (<http://www.cursodeportuguesgratis.com.br/a-diferenca-entre-esoterico-e-exoterico/>).

Segundo Bock (et al, 2007), as propriedades que fazem do homem um ser particular, que fazem deste animal um ser humano, são: o suporte biológico específico, o trabalho e os instrumentos, a linguagem, as relações sociais e uma subjetividade caracterizada pela consciência e identidade, pelos sentimentos e emoções e pelo inconsciente [...] ele é multideterminado (BOCK et al, 2007, p. 177).

Como vimos a cultura é responsável pela criação de comportamentos, alterando o funcionamento da mente.

O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as pessoas penetram na vida intelectual daqueles que a cercam (VIGOTSKI, 2007, 100/92).

Aprendizagem e desenvolvimento da criança não se produz de modo simétrico e paralelo, no entanto, o processo de desenvolvimento segue o de aprendizagem, que fornece impulso para modificar o curso do desenvolvimento, pois, cria a área de desenvolvimento potencial (VIGOTSKY, 2010, p.42, 1991).

A aprendizagem ocorre a partir de um intenso processo de interação social e a partir deste, vai internalizando instrumentos culturais, experiências vivenciadas com outras pessoas possibilitando a re-significação individual.

A escola como a própria vida, é um poderoso fator formativo; seria um grave erro subestimar esta influência formativa e pensar que as capacidades inatas determinam inevitavelmente o futuro da criança, e que dificuldades que algumas encontram para aprender se devem a um baixo nível de capacidades inatas. [...] (LURIA *apud* LEONTIEV *et al*, 2010 p.107)

Segundo Facci (2010, p.123/124), atualmente a escola está envolta em uma contradição no que diz respeito a sociedade que tem sido caracterizada como sociedade do conhecimento ao mesmo tempo marcada pelo esvaziamento do conhecimento científico, que foi substituído por conteúdos extracurriculares, pautadas em teorias pedagógicas e psicológicas diversas e com fundamentos pouco consistentes, muitas vezes contraditórios ou ecléticos.

Esta configuração dificulta, segundo a autora, a compreensão sobre o processo de aquisição de conhecimentos, que, combinada com o contexto sócio-econômico e político de nossa sociedade pode explicar o que foi chamado no início

deste artigo, de educação de segunda classe aquela que tem sido ofertada aos Jovens e adultos em nosso país.

O ensino escolar se caracteriza por ser uma educação sistemática e por produzir algo fundamentalmente novo no desenvolvimento (VIGOTSKY, 2007).

Vigotsky propõe que a educação deve desempenhar um papel central na transformação do homem, deve ser a base para alteração do tipo humano histórico que contribuirá para criar o novo tipo de homem.

Para o autor, cabe à escola adiantar e ativar os processos para que o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas ocorra (MEIRA, 2007, p.52).

Sendo a escola a forma dominante e principal da educação, torna-se responsável pelo processo de humanização dos indivíduos e um espaço de intervenção no desenvolvimento do seu psiquismo que é o que há de mais complexo e fundamental para os homens (SAVIANI, 2008).

Para Cardoso (2004, p. 120), a qualidade da educação diz respeito “[...] ao desenvolvimento da capacidade de pensar e julgar, questionar e estimular a capacidade crítica, sem o que não se pode construir o novo (um conhecimento, um homem, uma sociedade nova)”. Nesta concepção a função da escola é de transmitir os saberes acumulados pela humanidade, aspecto essencial no processo educativo e que não pode ser desmerecida. Para a autora, a transmissão de saberes é fundamental ao processo educativo, condição do exercício da crítica, da dúvida e da retificação dos saberes estabelecidos.

Mediante estas colocações conclui-se que, independente da idade ou do nível de escolaridade a ação pedagógica precisa ser de qualidade. Só assim estaremos cumprindo a CF em seu Art. 208 Inciso I: garantir o acesso e permanência ao ensino fundamental a todos, também aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa.

Para Vigotsky (2007, p.103)

O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas.

Segundo este autor, a assimilação de ações mentais como ler escrever, fazer contas é um processo de assimilação de operações formadas com base na experiência de gerações anteriores cuja ação de ensino influencia o surgimento, dirige de maneira específica a atividade da criança, organizando suas ações. Uma correta organização da aprendizagem, segundo o autor, faz nascer, estimula e ativa um grupo de processos internos.

Por este motivo é preciso haver maior envolvimento e investimento no que tange ao trabalho pedagógico. Neste sentido concordo com Bonadiman, et al (s/d) quando ponderam que além de sua gestão a Educação de Jovens e Adultos deveria ser realizada por representantes de toda a comunidade pois, somente com a mobilização da sociedade reforçaria a multiculturalidade e as possibilidades de qualidade nas condições e oferta desta, aumentariam.

Como observa Schawartz (2012), o termo alfabetizado para Freire esta associado à leitura de mundo sendo a compreensão do texto atrelada à percepções das relações existentes entre o escrito e o contexto.

“Alfabetização se refere à habilidade de ler e escrever sendo que ler seria a capacidade de se desconcentrar de suas ideias e pensamentos para acompanhar, compreender, analisar, julgar o pensamento do outro, buscar o significado das palavras, ler também as entrelinhas” (MOREIRA 1993, apud SCHAWARTZ, 2012, p. 24). Já saber escrever é ser capaz de utilizar o instrumento da escrita para representar pensamentos, comunicá-los, perpetuá-los, defendê-los, compartilhá-los (SCHAWARTZ, 2012).

O aprendizado da leitura e escrita (ações desenvolvidas sobre a linguagem escrita), acontece ao longo da vida não havendo idade determinada para que ocorra. E, justamente esta compreensão associada ao fato das precárias condições econômicas, sociais e educativas vivenciadas por grande parte da população é que torna imprescindível que os sistemas educacionais atendam esta necessidade apresentada pelos jovens e adultos que frequentam a EJA, promovendo conhecimento que os possa transformar enquanto sujeito possibilitando desta forma a transformação da realidade pelos mesmos. Além disso, amplia as possibilidades de inclusão do sujeito podendo diminuir a desigualdade social como sugere Schawartz (2012 p. 24, 25 e 54).

Saviani escreve “que a escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o

próprio acesso aos rudimentos desse saber.” [...] Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber seja aprender a ler e escrever” (SAVIANI, 2008, p. 15).

Segundo Haddad, (apud MURATA e MURATA, 2014), em se tratando da EJA é preciso educar para que o respeito aos direitos em sua plenitude seja um valor compartilhado por todos os seres humanos, e é dever estimular a busca por alternativas e a luta para a superação das situações de violações apresentadas pela realidade.

Para tanto, é preciso considerar o que coloca Paim (2005, p. 12)

A história de vida desses adultos não começa e não se esgota nessa relação com a instituição de ensino, mas ultrapassa essa presença imediata e perpassa por uma teia de relações sociais que envolvem uma correspondência entre diversos significados e sentidos para um mundo que se partilha em comum.

Assim, a alfabetização de jovens e adultos além de habilitar a ler, a produzir e compreender qualquer texto, precisa conduzir à uma leitura crítica da realidade, auxiliando a percepção, conscientização e o desejo de transformação, devendo a prática pedagógica oportunizar meios para tal, valorizando a prática pedagógica, a produção de pensamento, uma vez que os conhecimentos socialmente construídos sevem de base para elaboração de outros, mediada por ações responsáveis do professor (SCHAWARTZ 2012, p.99).

Como aponta Mello (2004 p.147), a atividade principal de quem esta na escola deve ser o estudo. A autora referia-se a criança que entra no ensino fundamental. No entanto, ao decidir-se frequentar a EJA, apesar de concorrer com muitas outras atividades da vida cotidiana, o estudo passa ser uma atividade de destaque para estes alunos. Estudar passa ser significativo, pois, representa a realização de um sonho, possui uma motivação, desejo, necessidade. Consiste em uma atividade que esta relacionada com aquilo que faz sentido para a pessoa, como apresenta Mello e ao realizar esta atividade, esta se apropriando das aptidões, habilidades e capacidades envolvidas nessa tarefa.

Nesta perspectiva, a aprendizagem passa ser motor, isto é, deflagra e conduz o desenvolvimento. (MELLO, 2007, p.89). Diz Vigostsky (2007, p.103): o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento

das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas. Portanto, aprendizagem é fonte do desenvolvimento potencial.

Isto torna imprescindível a organização do ensino, que deve ser intencional e planejado como defende Vigotsky (2007, p.103), a fim de provocar desenvolvimento mental e por em movimento vários processos para que ocorra aprendizado efetivo para estes alunos que já tiveram seus direitos violados.

Uma ação intencional e planejada no caso de alunos adultos ganha um peso maior ainda se considerarmos algumas dificuldades que os mesmos possam apresentar devido a idade (motora, visual, auditivas, de memória, entre outras), e no caso dos demais, história de fracasso escolar, falta de oportunidades anteriores. Para estes, estudar é usufruir de um direito garantido em lei que visa a promoção de autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos pressupostos da psicologia histórico-cultural concluímos ser imprescindível entender o processo de humanização como um processo de educação, pois, redimensiona o conceito de educação e de práticas pedagógicas e o torna mais complexo, uma vez que é responsável por organizar intencionalmente as condições adequadas para proporcionar a máxima apropriação das qualidades humanas pelas novas gerações (OLIVEIRA, 2011).

Para estas pessoas, o contato com a cultura deu-se sem a leitura e escrita que é uma das aquisições mais importantes da humanidade e que possibilitam o acesso ilimitado aos conhecimentos científicos produzido socialmente no decorrer da história da humanidade aumentando as possibilidades de usufruir dessas conquistas. Ler e escrever são fundamentais para ter acesso ao saber sistematizado como demonstra Saviani (2008, p.15).

No entanto, estas pessoas, que se dispuseram a receber uma educação formal, trazem consigo uma bagagem de vida, uma vivência que o constituiu como sujeito. Já apropriou-se da cultura da sociedade a que pertence, cada um constituiu-se a partir do que a vida lhe proporcionou. Uma vez que, como apresentou Mello (2004), cultura é tudo o que os seres humanos vivem criando ao longo da história, tantas coisas materiais como não materiais.

Para Vigotski (2009, p.10), no processo de apropriação da cultura a pessoa<sup>9</sup> não só assimila como se enriquece com a produção cultural como cultura própria, reelabora a sua composição natural e dá orientação nova ao seu curso do desenvolvimento

É certo que cada uma dessas pessoas provocou transformações, contribuiu socialmente, auxiliou na construção da cultura, afinal: O ser humano não nasce humano, mas aprende a ser humano com outras pessoas, com as situações que vive, no momento histórico em que vive e com a cultura a que tem acesso (MELLO, 2004, 136).

Mas pode-se dizer que este foi limitado, restrito ao senso comum e ao que pôde apreender na interação com as pessoas de seu convívio e o que as vivências lhes proporcionaram. Além de limitar as possibilidades de participação social uma vez que lhe faltaram recursos para tal como fazer compras, locomover-se de forma independente por não saber ler, atividades ocupacionais, rendimentos menores, encontrar um endereço entre outros. Isso se explica teoricamente como veremos nas palavras de Mello (2004, p.137) o ser humano “apropria-se das qualidades humanas disponíveis e necessárias para viver em sua época. Essas qualidades diferem de um grupo para outro, de acordo com o acesso que cada pessoa tem à cultura”.

Mas, se a única fonte e a origem verdadeira do desenvolvimento no homem das forças e das aptidões é o produto da evolução sócio-histórica, precisamos nos preocupar com a qualidade dos atendimentos dispensados aos alunos de todos os níveis de escolarização, tendo um cuidado ainda maior com as pessoas que necessitam da educação de jovens e adultos uma vez que esta pode ser a única e talvez a última oportunidade.

Refletir sobre a prática é necessário, pois, como aponta Mello (2014, p. 173) as pesquisas mostram que o senso comum dirige largamente o pensar e o agir docente. Essa lógica cotidiana que tem orientado a atividade escolar, materializada sob a forma de cultura escolar precisa ser repensada a partir de formas mais elaboradas e apresentada de modo a provocar vivências que promovam saltos qualitativos na consciência das pessoas.

---

<sup>9</sup>A autora usou a palavra criança.

Para possibilitar aprendizagem e garantir o desenvolvimento destas pessoas precariamente escolarizadas é preciso em primeiro lugar, que haja entendimento da constituição humana em sua genericidade e individualidade e que estes sejam articulados às condições objetivas da vida compreendendo e o tratando-os como sujeitos históricos que são.

Acredito que a mudança nos fundamentos filosóficos, psicológicos e didáticos propiciarão alterações nas atitudes/ tratamento; nas práticas pedagógicas; nos conteúdos e como consequência nas condições e qualidades do ensino, resultando em novas possibilidades para e na vida destes alunos indivíduo.

Afinal, educar, “é um ato de consciência, com conhecimentos, com valores, com capacidade de compreensão. Nesse sentido, o processo educacional é muito mais amplo do que a chamada educação formal, que se dá no âmbito dos espaços escolares. Educar é assumir a compreensão do mundo, de si mesmo, da interrelação entre os dois” (SADER, 2007, p. 80).

Como é possível concluir, há muito a ser discutido e de forma mais aprofundada para que avanços se processem em relação à esta modalidade de ensino.

Não foi nossa intenção neste momento investigar a prática pedagógica, as concepções pedagógicas dos profissionais que atuam nesta modalidade de ensino. Porém estes dados podem auxiliar na reflexão do atendimento educacional oferecido aos que necessitam da EJA, para que esta possa ser cada vez mais adequada e significativa para os que por lá passam.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BOCK, A. M. B., FURTADO, O. e TEIXEIRA. M. de L. T. **Psicologia: Uma introdução ao estudo das psicologias**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BONADIMAN, H. L. et al. **A Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da escola cidadã**.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei nº 9.394) Brasília: Centro Gráfico, 1996.

\_\_\_\_\_. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Unesco, 2007.

CALDEIRA, L. C. e CUNHA, S. da. **Trabalho Pedagógico: Caminho de aproximação entre a aprendizagem do adulto e a Psicologia Histórico-cultural**. Trabalho apresentado n. 16. Congresso de Leitura do Brasil: Campinas SP, julho, 2007.

CARDOSO, M. L. Questões sobre educação. In: GOULART, Cecília(Org.). **Dimensões e Horizontes da Educação no Brasil**. Niterói, Rio de Janeiro: EdUFF, 2004, p.107-125.

CARMO, G. T. do. **Evasão de alunos na EJA e reconhecimento social: crítica ao senso comum e as suas justificativas**– UENF (2010).

DANTAS, R. V.de M. **Motivos da Evasão dos Alunos da EJA da E. E. Isabel Oscarlina Marques**. Escola Superior Aberta do Brasil – Esab Curso De Pós-Graduação Lato Sensu Em Psicopedagogia Clínico-Institucional. Vila Velha – ES, 2010.

FACCI, M. G. D. Vigotski e o processo ensino-aprendizagem: a formação dos conceitos. In: MENDONÇA S. G. de L.. MILLER, S. (orgs). Vigotski e a escola atual: **Fundamentos teóricos e implicações pedagógicas**. 2 ed. revisada. Araraquara, SP: Junqueira e Marin: Cultura Acadêmica, 2010, p.123-147.

FONSECA, S. G. da. **Uma viagem ao perfil e a identidade dos alunos e do professor da educação de jovens e adultos (EJA)**. Publicado em 04/07/2010. disponível em:  
[http://www.psicopedagogia.com.br/new1\\_artigo.asp?entrID=1234#.U6R2nSe5fIU](http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1234#.U6R2nSe5fIU).  
 Acesso em: 18/06/2014;

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, João Ferreira de e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escola: política, estrutura e organização**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LURIA, A. R. O papel da linguagem na formação de conexões temporais e a regulação do comportamento em crianças normais e oligofrênicas. In: LEONTIEV, A. N. *et al.* **Psicologia e pedagogia – bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. São Paulo: Centauro, 2010, p.107-125. 3ª reimpressão da 4ª Ed revista em 2007

MELLO, S. A. Teoria histórico-cultural e trabalho docente: Uma aproximação teórica e novas relações na Escola. In: MILLER, S., BARBOSA, M. V. e MENDONÇA, S. G. de L. (orgs) **Educação e Humanização: as perspectivas da teoria histórico-cultural**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

MONTEIRO, A. L. e MOURA, A. P. M. de. **A história dos alunos da EJA e o perfil do profissional que atua nessa modalidade**. Campina Grande: Realize Editora, 2012.

MURATA M. P. F. e MURATA, A. T. **Públicos da Desigualdade social**. UFPR: Curitiba, 2014 (Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos- Módulo 3).

OLIVEIRA, T.C. M. de. **A educação escolar e a ação intencional do professor: um estudo de caso nos anos iniciais de escolarização em uma escola pública do Estado Do Paraná**. Dissertação (Mestrado em educação: Educação e Infância) UFSC, Florianópolis, 2011.

PAIM, J. F. **Um olhar para a identidade do aluno de EJA** -PUC/SP, 2005.

\_\_\_\_\_. **Há vida para além da sala de aula: Um estudo sobre a identidade do aluno de EJA**. Dissertação (Mestrado em educação: Psicologia da Educação). Puc/São Paulo, 2005.

SADER, E. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: SILVEIRA, R. M. G. et al (org.) **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos** -. Editora Universitária João Pessoa 2007. Disponível em:  
[http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/06\\_cap\\_1\\_artigo\\_03.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/06_cap_1_artigo_03.pdf). Acesso em 06/06/2015.

SAMPAIO, M. N. **Educação de Jovens e Adultos: Uma história de Complexidade e Tensões**. Vitória da Conquista: Práxis Educacional, v. 5, n 7 p. 13-27. Jul / dez 2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10 ed. rev. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea).

SCHWARTZ, S. **Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática**. 2. Ed. Petrópolis, RJ,: Vozes, 2012.

SILVA, G. L. R. da. **Educação de Jovens e adultos e psicologia histórico-cultural: a centralidade do trabalho na aprendizagem e no desenvolvimento de trabalhadores precariamente escolarizados**. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2011.

VIANA, E. M. S; RAMPAZZO, J. de S. S. e MIRANDA, R. da S. **A Identidade do aluno e do Professor da EJA**. De 15/07/2011 disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=2069>, acesso em 18/06/2014.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. In: COLE, M. (org.) et al. Tradução José Cipola Neto, Luis Silveira Barreto, Solange Castro Afeche. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_ **Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico**. Apresentação e comentários de Ana L. Smolka; Tradução- Zóia Prestes – São Paulo: Ática, 2009.

VIGOTSKY, L, S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar** In: LEONTIEV A. N. *Et al. Psicologia e pedagogia – bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. São Paulo: Centauro, 2010. 3ª reimpressão da 4ª Ed revista em 2007.

**BRASIL tem 3ª maior taxa de evasão escolar entre 100 países, diz Pnud**. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud.htm> acesso em: 18-6-2014.

PEDAGOGIA ao Pé da Letra. **Histórico da EJA**. Publicado em 6 de novembro de 2013 disponível em: <http://pedagogiaaopedaletra.com/historico-eja/> Acesso em 05/06/2015.

G1.GLOBO.com **Analfabetismo volta a diminuir após 'estacionar' no ano anterior, diz Pnad**. Publicado em 18/09/2014 – atualizado em 19/09/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/09/analfabetismo-volta-diminuir-apos-estacionar-no-ano-anterior-diz-pnad.html>. Acesso em: 05/06/2015.